

## Mediações sócio-técnicas nas políticas públicas durante a pandemia da Covid-19 na Província de Córdoba (Argentina) em 2020

### *Socio-technical mediations in public policies during the Covid-19 Pandemic in the Province of Córdoba (Argentina) in 2020*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/3749>

Marina Giraud<sup>1</sup>  
Ayelén Blanca<sup>2</sup>

**Resumo:** O contexto de emergência resultante da Covid-19 destacou as capacidades dos Estados nacionais de projetar e implementar políticas públicas no contexto de altos níveis de incerteza e desigualdades estruturais. A vontade do Estado argentino de alcançá-las com transferências centralizadas de recursos para residências e empresas foi expressa em duas das mais importantes políticas públicas durante 2020: a Renda Familiar de Emergência e a Assistência Emergencial ao Trabalho e à Produção. Neste estudo propõe-se uma análise crítica do conjunto de mediações sociais, políticas, institucionais e técnicas que acompanharam a implementação destas duas políticas. Duas estratégias complementares foram realizadas nesta pesquisa: por um lado, a análise dos decretos e documentos que acompanharam a implementação destas políticas; por outro, a realização e análise de entrevistas destinadas a pesquisar tanto a experiência dos beneficiários (potenciais e reais) quanto a dos funcionários e mediadores não estatais (pessoas ligadas a organizações sociais e religiosas, partidos políticos e instituições estatais, associações empresariais, bancos e sindicatos) envolvidos nos processos de divulgação, registro, monitoramento, aconselhamento e acompanhamento/recepção de reivindicações. O papel das mediações técnicas envolvidas na concepção e implementação da assistência também foi estudado. Com base nas conclusões para o espaço subnacional da Província de Córdoba, Argentina, refletimos sobre o conjunto de delimitações, procedimentos e participantes que intervieram para facilitar e/ou dificultar o acesso às políticas públicas em um contexto de urgência.

**Palavras-chave:** Argentina; Estado; Mediações; Pandemia da Covid-19; Política públicas.

**Abstract:** The context of urgency resulting from Covid-19 highlighted the capacities of the nation states to design and implement public policies in the context of high levels of uncertainty and structural inequalities. The will of the Argentine State to achieve it with transfers of centralized resources to households and companies was expressed in two of the most important public policies during the year 2020: the Emergency Family Income and the Emergency Assistance to Work and Production. In this paper we propose a critical analysis of the set of social, political, institutional and technical mediations that accompanied the implementation of these two policies. Two complementary strategies were carried out in this research: an analysis of the decrees and documents that accompanied the implementation of those policies; and conducting and analyzing interviews aimed at surveying both the experience of beneficiaries (potential and effective) and non-state officials and mediators (people linked to social and religious organizations, political parties and state institutions, business associations, banks and unions). involved in the processes of dissemination, registration, follow-up, advice, and accompaniment/reception of claims. Likewise, the role of the technical mediations involved in the design and implementation of assistance was studied. Based on the findings reached for the subnational space of the Province of Córdoba, Argentina, we reflect on the set of delimitations, procedures and participants who intervened facilitating and/or hindering access to public policies in a context of urgency.

**Keywords:** Argentina; State; Mediations; Covid-19 pandemic; Public policies.

*Artigo recebido em 26/9/2022. Aceito em 3/12/2022.*

<sup>1</sup> Doutoranda no *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina)*. Trabalha no *Centro de investigación de la Facultad de Filosofía y Humanidades, na Universidad de Córdoba (UNC, Argentina)*.

E-mail: [marinagiraudorinaudo@gmail.com](mailto:marinagiraudorinaudo@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6503-5592>

<sup>2</sup> Doutoranda no *CONICET (Argentina)*. Trabalha no *Centro de investigación de la Facultad de Filosofía y Humanidades, na UNC (Argentina)*. E-mail: [ayelen.branca@mi.unc.edu.ar](mailto:ayelen.branca@mi.unc.edu.ar); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8197-9227>

## Introdução

A pandemia da Covid-19 afetou a população mundial de forma profunda e multidimensional. O impacto sobre as estruturas sociais, demográficas e econômicas foi significativo em todas as regiões do mundo. Os altos níveis de desigualdade, informalidade laboral e vulnerabilidade fizeram da América Latina uma das regiões mais afetadas em termos de saúde, economia e sociedade. Houve também diferenças entre os países devido ao papel assumido pelos Estados, suas capacidades para elaborar e implementar políticas e programas no contexto de altos níveis de incerteza, antecipação, preparação e resposta à crise global.

Na Argentina, a decisão política do Poder Executivo Nacional (PEN) de implementar um isolamento social rigoroso e precoce levou a um choque sem precedentes para a maioria das atividades econômicas e trabalhistas do país (HEREDIA, 2022). Por um lado, a pandemia e as medidas de isolamento destacaram os riscos para aqueles que já eram vulneráveis em termos de produção, emprego, moradia e renda antes da crise. Por outro lado, esta situação sem precedentes desestabilizou setores sociais e atividades econômicas que, até março de 2020, foram capazes de resolver sua reprodução material sem a necessidade de ajuda estatal (HEREDIA *et al.*, 2022). Dada a gravidade da situação e a diversidade dos setores afetados, as burocracias estatais elaboraram diferentes políticas públicas de natureza centralizada, facilitada pelo impacto das tecnologias de informação e comunicação. Dentre as políticas públicas adotadas pelo Estado argentino, destacam-se por seu alcance, magnitude e rapidez de implementação: i) a assistência às famílias, em particular a transferência de renda através do *Ingreso Familiar de Emergencia* (IFE) (Decreto de Necessidade e Urgência 310/2020); ii) o apoio às empresas, especificamente a *Asistencia de Emergencia al Trabajo y La Producción* (ATP) (Decreto 332/2020).

O contexto de urgência da Covid-19 e a vontade do Estado nacional argentino de alcançar as famílias e empresas com transferências centralizadas de recursos levanta a questão do conjunto de delimitações, procedimentos e participantes que intervieram na implementação do IFE e do ATP, facilitando e/ou dificultando o acesso dos beneficiários pretendidos e não pretendidos a este apoio. O objetivo neste artigo é analisar o conjunto de mediações sociais, políticas, institucionais e técnicas que acompanharam a implementação destas duas políticas na Província de Córdoba, Argentina. A análise não é apresentada apenas como um inventário de dados, mas também como uma tentativa de questionar a necessidade de ação de diferentes atores sociais na implementação de políticas públicas e a possibilidade real de seu deslocamento.

Esta pesquisa é parte de um processo mais geral e coletivo de renovação de estudos sobre iniciativas públicas para mitigar ou conter os riscos sociais mais extremos. É provável que a ênfase nas mediações forneça diagnósticos dos mecanismos que intervieram no acesso efetivo dos beneficiários à ajuda pública, a fim de constituir aprendizagem para este tipo de iniciativa no futuro.

Neste trabalho recolhemos os resultados de uma investigação desenvolvida no âmbito de um projeto PISAC Covid-19<sup>3</sup>, “Apoio público para a sobrevivência de lares e unidades econômicas em situações de emergência. Iniciativas, mediações e escopo da assistência em perspectiva comparativa” (tradução livre).<sup>4</sup>

Este projeto, desenvolvido de maneira conjunta por grupos de pesquisa de oito províncias da Argentina<sup>5</sup> – Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), Córdoba, Mendoza, Comodoro Rivadavia, Resistencia, Santa Fe, Santa Rosa y San Miguel de Tucumán –, teve como objetivo analisar as políticas de assistência pública destinadas a contribuir à sobrevivência material de lares e unidades produtivas adotadas pelo Estado nacional e pelos governos subnacionais em diferentes regiões do país. Particularmente, a análise se centrou em duas iniciativas já mencionadas, o IFE e o ATP. Em ambos casos a atenção foi posta para o conjunto de mediações sociais, institucionais e técnicas das políticas; e sobre as experiências do acesso, usos e relevância dos benefícios para as pessoas, trabalhadores e empresas.

Para o desenvolvimento do objetivo geral do projeto, foram organizados cinco objetivos e metodologias específicas (HEREDIA *et al.*, 2022).

1. Fazer um diagnóstico social e econômico do impacto da crise sobre as condições de reprodução material das diferentes populações e das unidades produtivas, reconhecendo a situação epidemiológica e as medidas de isolamento e distanciamento adotadas. Para este fim, foram

<sup>3</sup> “Programa de Investigación sobre la Sociedad Argentina Contemporánea”. A convocatória PISAC Covid-19 financiou e promoveu 19 investigações através da *Agência nacional de promoción de la investigación, el desarrollo tecnológico y la innovación* (Agencia I+D+i), *Ministerio de Ciencia y Tecnología de la Nación*, *Consejo de Decanos de Ciencias Sociales*, com o objetivo de estudar as transformações que a Covid-19 produziu no país e em espaços subnacionais, além de fortalecer propostas para futuras políticas públicas.

<sup>4</sup> Em espanhol: “*El sostén público a la supervivencia de los hogares y unidades económicas en la urgencia. Iniciativas, mediaciones y alcances de la asistencia en perspectiva comparada*”. Este projeto, dirigido a nível nacional por Mariana Heredia, foi composto por grupos de pesquisa de diferentes estados da Argentina (Córdoba, Mendoza, Comodoro Rivadavia, Resistencia, Santa Fe, Santa Rosa e San Miguel de Tucumán) e da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), com alcance nacional e uma perspectiva interdisciplinar. Na Província de Córdoba, onde este artigo está focado, o projeto foi dirigido pela Dra. Silvia Morón. Os resultados desta pesquisa foram publicados no portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no *site* oficial do governo argentino: <https://www.argentina.gob.ar/ciencia/agencia/acciones-covid-19/pisac-covid-19/informes-y-publicaciones>. No presente trabalho, recuperamos particularmente o “*Cuadernillo de Síntesis: Nacional*” (HEREDIA *et al.*, 2022) e o “*Cuadernillo de Síntesis del Nodo: Gran Córdoba, Provincia de Córdoba*” (MORÓN *et al.*, 2022).

<sup>5</sup> O equivalente a unidades federativas no caso do Brasil.

consultadas várias fontes estatísticas: *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC); *Observatório de Empleo y Dinámica Empresarial* (OEDE) del *Ministerio de Trabajo de la Nación*; *Boletín Anual de la Seguridad Social de Administración Federal de las Reservas Públicas* (AFIP) e o *Informe sobre Mercados de Trabajo Provinciales del Ministerio del Interior de la Nación*; além de outras instituições provinciais.

2. Estudar as principais políticas públicas adotadas a nível nacional, estadual e municipal pelas situações do contexto de emergência. Para tal, foi realizada uma pesquisa das políticas públicas de apoio às famílias e unidades produtivas, desenvolvido no período entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 – provindos de documentos oficiais legislativos e executivos das províncias, além de comunicados da imprensa em jornais locais. Essas informações foram sistematizadas e registradas em uma matriz comum.

3. Analisar as regulamentações ligadas às políticas de auxílio às famílias, particularmente o IFE, bem como as principais mediações sociais, políticas, burocráticas e técnicas que intervieram no processo de implementação destas políticas; a partir da análise do *Decreto 310/2020*, documentos e regulamentos que o modificaram, *Boletín “IFE I-2020”* (ANSES). Além disso, o estudo foi baseado na codificação dessas informações via levantamento da experiência dos funcionários públicos e mediadores não estatais, bem como da experiência dos beneficiários potenciais e efetivos.

4. Analisar as regulamentações ligadas às políticas de apoio às unidades produtivas, particularmente à ATP, bem como às principais mediações sociais, políticas, burocráticas e técnicas que intervieram no processo de implementação destas políticas; a partir da análise do *Decreto 332/2020*, documentos e regulamentos que o modificaram, informações da *Dirección Nacional para la Producción del Ministerio de Desarrollo Productivo*. Além disso, o estudo foi baseado na codificação dessas informações via levantamento da experiência dos funcionários públicos e mediadores não estatais, bem como da experiência dos beneficiários potenciais e efetivos.

5. Comparar as diferentes políticas adotadas e suas mediações sociais, burocráticas e técnicas na atuação nas diferentes etapas do processo de implementação do IFE e ATP através de uma síntese e articulação dos resultados da investigação de cada objetivo, tendo em vista a realização de uma análise abrangente e comparativa.

Neste marco, este trabalho apresenta e analisa os resultados do estudo realizado quanto à implementação dessas políticas na Província de Córdoba, concentrando-se nas suas mediações.

No estudo das mediações foram utilizadas três estratégias de metodologia qualitativa complementares. A primeira é a análise dos decretos e de todos os documentos que acompanharam a implementação das políticas. A segunda é a realização e a análise de entrevistas realizado com um instrumento comum a nível nacional, destinadas a identificar a excepcionalidade das experiências particulares (não estatísticas), destinadas ao levantamento tanto da experiência dos beneficiários (potenciais e reais) quanto dos funcionários e mediadores não estatais. Este grupo de atores inclui pessoas ligadas a organizações sociais e religiosas, partidos políticos e instituições estatais, associações empresariais, bancos e sindicatos envolvidos nos processos de divulgação, registro, monitoramento, aconselhamento e apoio/recepção de reivindicações. A terceira é a análise e a codificação do conteúdo das entrevistas, a fim de revelar a experiência dos funcionários e mediadores não estatais, e a experiência dos beneficiários potenciais e efetivos. O papel das mediações técnicas envolvidas na concepção e implementação da assistência também foi estudado.

Neste artigo, primeiramente, é apresentada uma abordagem teórica da noção de mediação a fim de caracterizar as mediações sociais, políticas, institucionais e técnicas que acompanham a implementação de políticas públicas. Em segundo lugar, caracteriza as exigências, implicações e escopo das políticas IFE e ATP no contexto do impacto da crise socioeconômica e de saúde na estrutura produtiva provincial em 2020. Em terceiro lugar, é apresentada uma análise das mediações sócio-técnicas que acompanharam a implementação de cada uma destas políticas na Província de Córdoba. O objetivo é compreender os diferentes elementos (estatais e não estatais) que facilitaram, dificultaram ou redefiniram a implantação dessas políticas em face de diferentes interlocutores e territórios. Finalmente, algumas reflexões resultantes da análise são apresentadas a fim de problematizar e compreender o papel das mediações nas políticas centralizadas pelo Estado nacional, tais como o IFE e o ATP para a Argentina.

## **1 Uma abordagem teórica das mediações**

Importante tradição no campo dos estudos de políticas públicas se concentra na análise dos desafios políticos, organizacionais e técnicos para sua implementação, postulando que as mediações são cruciais para o sucesso, fracasso ou reorientação das decisões tomadas pelas autoridades.

Segundo Lator (2008), é possível postular que não existem ações “autômatas”: toda ação media ou medeia entre outras, traduz e transmite significado. Desta perspectiva, o mediador ou intermediário pode ser tanto humano quanto não humano, coletivo, individual, distante, próximo, formal e informal. Esta noção de mediação é apresentada como um recurso metodológico relevante,

pois transcende a ideia típica de “mediações” como recursos e funcionários do Estado, abrindo o campo de análise a todos os atores e procedimentos (formais e informais, burocráticos e técnicos) envolvidos na implementação de políticas públicas em diversos cenários geográficos e sociais.

Neste contexto, a noção de mediação abrange um amplo campo de relações sócio-técnicas (LAUTOR, 2008) em que pode-se inscrever tanto os dispositivos legais como tecnológicos envolvidos na organização cotidiana das ações sociais (WINNER, 1980; LAW, 1990; STAR, 1999; DESROSIERES, 2004; CALISKAN, 2007; MUNIESA 2013) e as ações das chamadas de “burocracias de rua” (LIPSKY, 1980; PERELMITER, 2016, 2017; LOTTA; PIRES, 2019) e dos participantes não estatais: líderes de corporações, movimentos sociais, funcionários bancários ou grupos profissionais (ROSE, 1996; SHORE E WRIGHT, 1997; MITCHELL, 1999; MIGDAL, 2001; GUPTA; FERGUSON, 2002; VOMMARO, 2017). Por outro lado, no conjunto de mediações não é possível ignorar o entrelaçamento das relações entre os diferentes níveis de governo, ainda mais na implementação de políticas centralizadas pelo Estado Nacional, em que a cooperação e a agregação de interesses e capacidades de gestão entre o governo nacional e os governos subnacionais são necessárias (BONVECCHI, 2008; ACUÑA, 2019; LEIRAS, 2020). Neste sentido, e em comparação com outros países federais do continente (Estados Unidos ou Brasil), alguns analistas – como Suárez Cao (2020) – apontam que o federalismo argentino pode ser tanto um obstáculo quanto uma solução para os desafios colocados pela pandemia.

Com relação aos dispositivos técnicos, é plausível reconhecer o papel das tecnologias cognitivas do Estado, tanto no desenho quanto na implementação de políticas. Bases de dados e fontes estatísticas desempenham um papel central na definição do escopo dos beneficiários das políticas públicas. Na adoção das políticas IFE e ATP, as tecnologias de administração remota utilizadas para calcular os beneficiários potenciais, processar e acessar benefícios, foram as diferentes estatísticas e registros estaduais do INDEC, particularmente o *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010* e a *Encuesta Permanente de Hogares*; AFIP e ANSES.

Estas mediações (estatísticas e registros públicos) apresentam uma legibilidade e simplificação que expressa uma visão sinóptica ou de túnel (mapas abreviados, grades e medidas padrão) da realidade. Ao mesmo tempo, elas são apresentadas como ferramentas para objetivar a realidade, que constroem generalidades enquanto simplificam ou traduzem multiplicidades. Em qualquer construção de dados estatísticos há escolhas, cortes, definição de categorias e esquemas de classificação. Neste sentido, as estatísticas são o produto de uma gestação histórica com dúvidas, reproduções, conflitos de interpretação e tensões (DESROSIERES, 2004). Tal “inteligência

documental” permite ao Estado, num contexto de crise, gestão centralizada, intervenções discriminatórias e engenharia social em larga escala. Assim, estatísticas e registros públicos são tecnologias governamentais que têm componentes políticos e não são neutras (WINNER, 1985). Independentemente de quem os utiliza, os objetivos técnicos são entidades políticas: promovem ou dificultam diferentes formas de vínculo social; são compatíveis com uma certa forma de exercício (mais ou menos centralizado) de autoridade; demarcam grupos sociais unindo ou dividindo pessoas em estratos; subvertem, reforçam ou facilitam a manutenção de privilégios; produzem efeitos de inclusão ou exclusão sobre a qualidade de vida pública.

Na medida em que os registros públicos são a base para que o Estado identifique e chegue aos cidadãos, surge uma multiplicidade de questões de relevância para a análise. As informações disponíveis fornecem uma descrição relevante da sociedade a ser assistida? A infraestrutura tecnológica é politicamente neutra? O desenho da política é auto-focalizado e individualizado, mediado por uma plataforma digital, desarticulando mediações e reivindicações coletivas? A concepção da política como auto-focalizada e individualizada, mediada por uma plataforma digital, desarticula mediações e reivindicações coletivas? A tecnologia é uma garantia de maior transparência? Políticas como a IFE e a ATP aprofundam ou minimizam desigualdades em termos de alfabetização digital e/ou inclusão financeira?

Estas questões se tornam ainda mais complexas se for considerado que o universo das mediações nas políticas públicas também é composto por diversos atores sociais. Embora as políticas surjam de instituições formais, há uma porosidade em sua concepção, implementação e interpretação que leva a uma constante interligação de instituições formais e informais (LIPSKY, 1980). Seguindo este autor, é possível reconhecer que o desenho de políticas é afetado tanto pelas limitações cognitivas daqueles que as desenham quanto pela impossibilidade de cobrir todas as situações possíveis, bem como pelas circunstâncias em que as negociações e os compromissos políticos acontecem. Por sua vez, na interpretação da implementação, além da letra da lei e das possibilidades delimitadas por ela, as ações dos tradutores, formuladores de políticas e “burocratas de rua” (com diferentes margens de ação) são inevitáveis. Ao mesmo tempo, no contexto da aplicação da política, a norma pode ser redesenhada entre a diversidade de territórios, situações e/ou vazios legais.

Com relação à análise das mediações na sociedade argentina, é interessante destacar a noção de “burocracias paraestatais da sociedade civil” (VOMMARO, 2017) na medida em que organizações sociais como sindicatos, movimentos sociais e religiosos se tornaram cogestores de políticas públicas. Após a reconfiguração capitalista neoliberal a partir dos anos 1990, foram geradas novas configurações entre as relações de classe populares e a política, juntamente com medidas para enfrentar a desindustrialização, o aumento do desemprego e da precariedade:

As “políticas de compensação” para os efeitos sociais das reformas neoliberais foram implementadas de acordo com a filosofia de focalização, descentralização e empoderamento da sociedade civil promovida por organizações multilaterais como o Banco Mundial e o BID (...) A sociedade civil promovida pelo Estado tomou formas inesperadas no território: os líderes políticos dos bairros peronistas, assim como dos novos movimentos territoriais, criaram associações civis para se tornarem espaços de “compensação” para programas sociais<sup>6</sup> (VOMMARO, 2017, p. 78-79).

Esta relação de cogestão se aprofundou ainda mais nos anos 2000, em que os movimentos sociais territoriais assumiram um papel de liderança, mesmo com a participação de candidatos políticos e funcionários públicos (VÁZQUEZ, 2014; NATALUCCI, 2016; PERELMITER, 2016).

Neste contexto, a noção de “burocracias de rua” desenvolvida por Lipsky é relevante tanto para analisar o papel de funcionários públicos (como os trabalhadores da ANSES que se deparam diariamente com potenciais beneficiários de políticas) quanto para compreender as ações das chamadas “burocracias paraestatais” que atuam na implementação de políticas públicas, com tensões constantes que surgem devido à própria natureza da atividade e ao contexto no qual ela é realizada. Os “burocratas de rua” são aqueles que interagem diretamente com o povo, indo além das diretrizes das políticas públicas. Esta discricção no exercício de sua autoridade é condicionada por situações econômicas e sociais nas quais eles não podem trabalhar de acordo com os ideais de sua prática. Além disso, os burocratas de rua redefinem a política ao assumir uma função de controle social com uma imagem controvertida no espaço público, devido a alguns atributos organizacionais inter-relacionados: participam de relações de maior proximidade; têm uma margem de discricção para determinar a natureza, quantidade e qualidade dos benefícios e sanções que atribuem; têm relativa autonomia com respeito às autoridades e aos diferentes interesses; e, espera-se que desempenhem um papel de defesa (LIPSKY, 1980).

Este conjunto de mediações e problemas identificados assume diferentes dinâmicas na adoção das políticas IFE e ATP, como resultado de um contexto de urgência. Dentro desta estrutura, analisaremos agora as mediações políticas (níveis de governo), sociais (organizações empresariais ou representativas de beneficiários potenciais), burocráticas (agências e funcionários públicos) e técnicas (regulamentos, dispositivos tecnológicos, formas de registro e pagamento) que participaram das diferentes etapas do processo de acesso e implementação de políticas de apoio à sobrevivência das famílias e unidades produtivas. Começamos primeiro com uma caracterização das políticas em análise e do contexto socioeconômico no qual elas são implementadas.

---

<sup>6</sup> Tradução própria do espanhol: “*las ‘políticas de compensación’ de los efectos sociales de las reformas neoliberales fueron implementadas en consonancia con la filosofía de la focalización, la descentralización y el empoderamiento de la sociedad civil que promueven los organismos multilaterales como el Banco Mundial y el BID (...) La sociedad civil fomentada desde el Estado tomaba formas inesperadas en el territorio: los dirigentes políticos barriales del peronismo, así como de los nuevos movimientos territoriales, creaban asociaciones civiles para volverse espacios de ‘contraprestación’ de los programas sociales*” (VOMMARO, 2017, p. 78-79).

## 2 IFE e ATP: duas políticas face à urgência da pandemia da Covid-19

O governo argentino implantou as políticas de assistência às famílias (IFE) e unidades produtivas (ATP) em 2020 durante o curso da crise sanitária da pandemia da Covid-19. Neste contexto, as províncias e municípios adotaram um papel complementar às políticas nacionais, reforçando a assistência nos casos em que a ajuda nacional não chegou ou foi insuficiente<sup>7</sup>.

A assistência às famílias foi fornecida através do IFE. Esta política foi um subsídio incondicional que exigiu, por parte do executivo nacional, o investimento de US\$ 269.000 milhões que atingiu quase 9 milhões de pessoas (em uma população de aproximadamente 45 milhões de pessoas), 55,7% das quais são mulheres e 61% são jovens com menos de 35 anos de idade. O subsídio foi lançado através da ANSES, como um pagamento único por domicílio de 10.000 pesos (equivalente a 59% do Salário Mínimo de Vida e Salário Móvel) em abril, seguido por um segundo pagamento em junho e finalmente um terceiro pagamento em agosto de 2020. Os requisitos para solicitar o IFE eram: ter entre 18 e 65 anos de idade, ser argentino nativo ou naturalizado, e ter vivido no país por pelo menos 2 anos; ser trabalhador informal, contribuinte único de baixa categoria, trabalhador doméstico (inscrito ou não) e/ou beneficiário do *Asignación Universal por Hijo*<sup>8</sup> ou PROGRESAR<sup>9</sup>; e, não deve ter outra renda proveniente de emprego, benefícios de desemprego, aposentadoria, pensões, pensões ou benefícios de aposentadoria contributivos ou não contributivos de qualquer jurisdição, planos sociais nacionais, provinciais ou municipais.

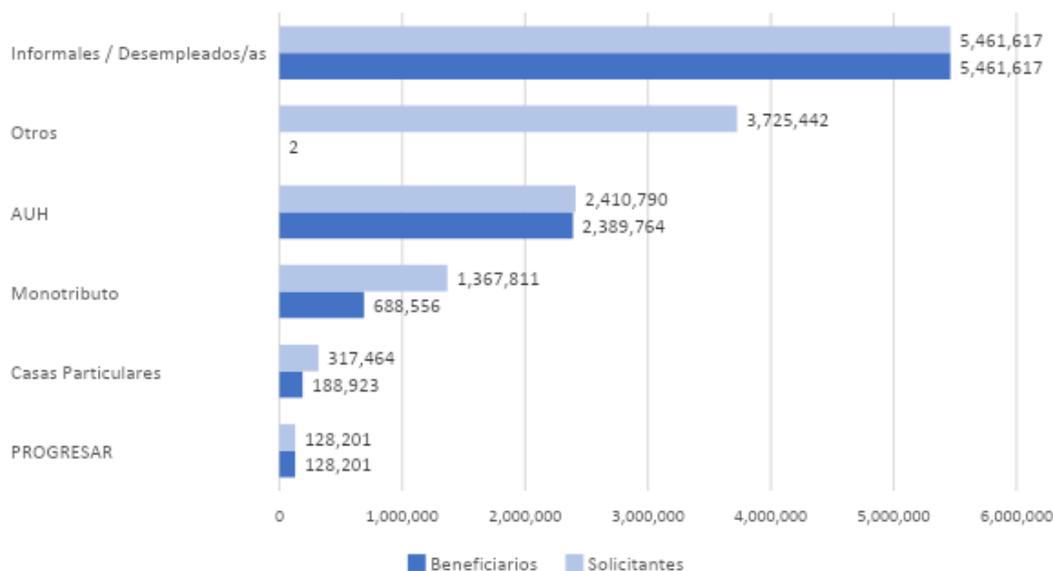
---

<sup>7</sup> Os estados subnacionais implementaram algumas políticas não convencionais, esticando, forçando ou modelando as ferramentas disponíveis, criando até mesmo contradições com relação aos regulamentos existentes e ao espírito das restrições. Em geral, estas políticas não tinham custo ou tinham custo baixo. Pelo menos quatro tipos de intervenções dos estados subnacionais foram registrados: i) mudanças nas condições de capacitação; ii) ação do estado como garantidor; iii) provisão de treinamento; iv) provisão de serviços (HEREDIA *et al.* 2022).

<sup>8</sup> A *Asignación Universal por Hijo* (AUH) é a política não contributiva mais importante da Argentina para transferir renda as famílias classificadas como “vulneráveis”, sendo um dos pilares da política social voltada para crianças e adolescentes de tais famílias.

<sup>9</sup> O PROGRESAR é um Programa de Apoio ao Estudante, existente desde 2014 com o objetivo de promover educação, treinamento e integração no mercado de trabalho de jovens de setores socioeconômicos vulneráveis.

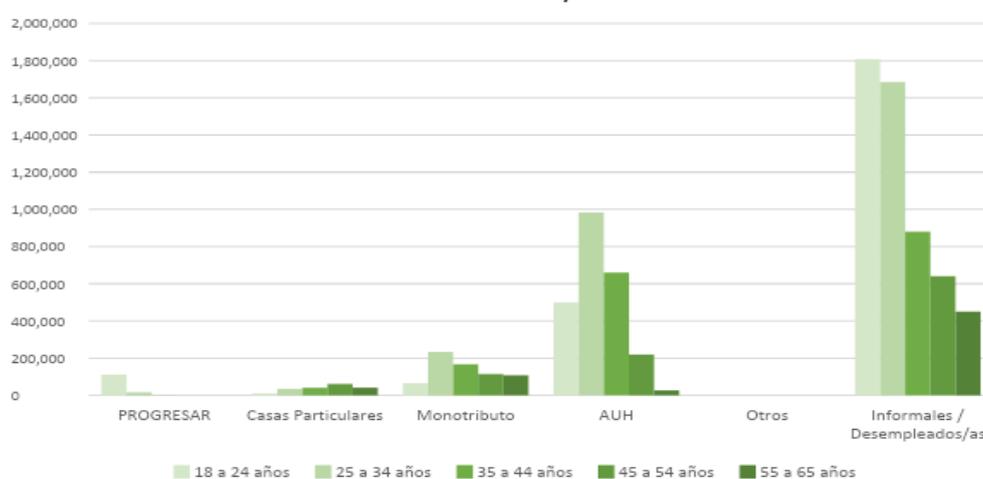
**Gráfico 1 – Número total de candidatos e beneficiários, de acordo com a modalidade/status de emprego Argentina – Primeira rodada IFE (2020)**



**Fonte:** elaborado por membros da Projeto PISAC-Covid 19, com base na ANSES (2020).

As informações coletadas mostraram (gráfico 1) que o principal grupo social beneficiado pela política nacional eram os desempregados (5.461.617), seguidos pelos 2.389.764 beneficiários do AUH e, em terceiro lugar, os do plano PROGRESAR (128.201). As rejeições eram monotributistas de trabalhadores de casas particulares – que não cumpriam os requisitos estabelecidos.

**Gráfico 2 – Beneficiários por modalidade/status de emprego, de acordo com a faixa etária Argentina – Primeira rodada IFE (2020)**



**Fonte:** elaborado por membros da Projeto PISAC-COVID 19, com base na ANSES (2020).

**Nota:** registros de menores de 18 anos e maiores de 65 anos não são contados.

Diante deste contexto nacional, na Província de Córdoba (tabela 1) havia 1.097.341 candidatos ao IFE, dos quais 748.702 eram beneficiários (8,36% dos beneficiários no âmbito nacional). Isto representa 67,3% dos candidatos na província, 43,7% da população economicamente ativa e quase 60% das famílias.

**Tabela 1 – As duas primeiras rodadas do IFE: beneficiários e despesas – Província de Córdoba (2020)**

<b>Cantidad de beneficiarios (primeras 2 rondas)</b>	<b>748.702</b>
% total nacional de beneficiarios	8,36%
<b>Monto total devengado (millones de \$ corrientes)</b>	<b>\$ 22.161,9</b>
<b>Gasto per cápita (\$ corrientes)</b>	<b>\$ 5.893,4</b>

**Fonte:** elaborado por membros da Projeto PISAC-Covid 19, com base na ANSES (2020).

O número de pessoas que solicitou o benefício representava quase metade da população na faixa etária alvo da política e um número muito maior do que os 25,1% de lares que vivem na pobreza (Tabela 2). Sem dúvida, o fato de um terço da população entre 18 e 65 anos ter recebido a transferência pelo menos uma vez mostra o amplo impacto da provisão destinada a ajudar a população mais vulnerável com recursos econômicos diante das restrições impostas pela pandemia e pelas medidas de cuidado do governo nacional.

**Tabela 2 – Primeira ronda IFE: indicadores gerais – Província de Córdoba (2020)**

Indicadores generales		/ Solicitantes	/ PEA	/ Población	
				18 a 65 años	Total
Socio-demográficos	Población Total	3.760.450			
	Tasa de pobreza por ingresos (hogares)	25,1%			
	Tasa de indigencia por ingresos (hogares)	3,7%			
	Población entre 18 y 65 años	2.291.294			60,9%
	PEA	1.688.818		73,7%	44,9%
IFE	Población solicitante	1.097.341	65,0%	47,9%	29,2%
	Beneficios liquidados	748.702	68,2%	44,3%	32,7%
	Solicitudes rechazadas	358.639	32,7%	21,2%	15,7%
	Cobertura a solicitantes femeninos	70,0%			
	Cobertura a solicitantes masculinos	64,3%			

**Fonte:** elaborado por membros da Projeto PISAC-Covid 19, com base na ANSES (2020).

**Notas:** (1) A partir de então, todos os dados apresentados correspondem à primeira rodada do IFE (pagos entre abril e maio de 2020), a única para a qual há informações desagregadas disponíveis. (2) Os dados sobre pobreza e indigência correspondem aos publicados pelo INDEC para o segundo semestre de 2019. (ANSES, 2020).

A fim de aliviar o impacto do isolamento obrigatório e das medidas de distanciamento impostas durante a pandemia, o Estado Nacional argentino criou por decreto o Programa ATP para empregadores e trabalhadores registrados no setor privado. Embora mudanças substanciais tenham sido feitas aos beneficiários do programa ao longo do ano, os benefícios inicialmente estabelecidos consistiram em: 1) adiamento ou redução do pagamento das contribuições do empregador ao *Sistema Integrado Previsional Argentino*; 2) *Salário Complementario*, um subsídio pago pelo Estado Nacional para trabalhadores do setor privado; 3) créditos de taxa zero para pessoas que aderem ao *Régimen Simplificado para Pequeños Contribuyentes* e para trabalhadores autônomos; 4) um sistema abrangente de benefícios de desemprego; 5) créditos de taxa subsidiada, a partir da quarta rodada do ATP (julho de 2020).

Para obter o ATP, os seguintes requisitos tiveram que ser cumpridos pelas empresas: 1) “Atividades econômicas gravemente afetadas nas áreas geográficas onde são desenvolvidas”; 2) “Número relevante de trabalhadores infectados pela Covid-19 ou em isolamento compulsório ou com dispensa de trabalho devido a estar em um grupo de risco ou obrigações de cuidado familiar relacionadas à Covid-19”; 3) “Redução substancial nas vendas após 12 de março de 2020” (Decreto 332/2020). Estes critérios foram ajustados conforme a situação econômica e social e, ao mesmo tempo, os setores e/ou atividades críticas e não críticas foram redefinidos. No caso de trabalhadores dependentes, o tamanho e a natureza das empresas cobertas foram modificados. Os setores excluídos do benefício, por serem considerados essenciais, foram o setor primário, finanças, seguros e transporte de grãos e animais, pois não foram considerados setores críticos. Cabe ressaltar que, à medida que a pandemia avançava, algumas atividades e serviços que puderam receber o primeiro ATP voltaram então à atividade e foram excluídos do benefício.

De acordo com dados oficiais, em toda a Argentina, 307.374 empresas foram beneficiadas com o salário suplementar da ATP (atingindo 57% do setor privado) e 11.798.728 compensações salariais foram acumuladas no total de suas nove rodadas. Os setores que apresentaram os maiores níveis de cobertura em relação ao total de suas unidades produtivas foram turismo e gastronomia (80%), saúde (74%) e indústria (72%). Já aqueles que receberam proporcionalmente menos assistência relativa foram informação e comunicação (46%) e recreação e cultura (50%). Embora a ATP fosse acompanhada de outros benefícios, como o reescalonamento ou a suspensão das contribuições patronais e trabalhistas e a concessão de empréstimos a taxas subsidiadas, a compensação salarial associada ao programa foi o principal benefício.

No total de nove rodadas na Província de Córdoba, foram pagos 836.788 *Salários Complementarios* a 223.038 funcionários; este benefício chegou a 25.935 empresas, o que equivale a quase 50% das empresas localizadas na província. O programa envolveu um gasto de \$11.961 milhões de pesos nas 5 primeiras rodadas, subindo para \$15.823 milhões de pesos se às 9 rodadas forem consideradas. Se for levado em conta o número de trabalhadores cobertos pela ATP, isto coloca a Província de Córdoba entre as que receberam maior quantidade de benefícios, juntamente com a Cidade Autônoma de Buenos Aires e as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Mendoza. (MORON *et al.*, 2022).

Tanto o número de empresas quanto o de trabalhadores beneficiados diminuiu da primeira para a última rodada, com exceção da sexta rodada, que registrou um aumento no número de empregadores e empregados alcançados em relação ao mês anterior. Isto certamente se deveu ao número de setores cobertos pelas restrições e à evolução da recuperação econômica em cada ramo de atividade, o que influenciou a possibilidade de manter ativo o benefício do Estado Nacional. De qualquer forma, desde o início da política, o número de empresas que solicitaram assistência foi extremamente elevado: 75,5% das empresas localizadas em Córdoba procuraram ajuda estatal, uma porcentagem que também diminuiu, mas permaneceu acima de 50% no segundo turno e 30% até o quinto turno. Da mesma forma, o nível de cobertura atingiu mais de 40% no início do programa e a porcentagem de candidatos aprovados para o pagamento de Salários Suplementares pelo Estado foi sempre acima de 50%, conforme tabela 3.

**Tabela 3 – Empresas e funcionários que se beneficiam do ATP: indicadores gerais – Província de Córdoba (2020)**

Cantidad de empresas	Ronda ATP								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Empresas solicitantes	41.292	31.226	24.309	21.162	18.758	s/d	s/d	s/d	s/d
Empresas beneficiadas con postergación/reducción de contribuciones	21.970	20.905	17.281	10.622	10.522	s/d	s/d	s/d	s/d
Empresas beneficiadas con salario complementario	20.364	19.313	16.081	10.495	10.407	10.361	3.058	2.746	2.383

Salario complementario	Ronda ATP									TOTAL Perceptores
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Empresas beneficiadas con salario complementario	20.364	19.313	16.081	10.495	10.407	10.361	3.058	2.746	2.383	25.935
Empleados que percibieron salario complementario*	177.517	154.898	128.564	91.907	90.406	92.829	35.058	33.958	31.651	219.392
% de trabajadores registrados del sector privado beneficiados	35,5%	31,0%	25,7%	18,4%	18,1%	18,6%	7,0%	6,8%	6,3%	

Tasa de cobertura a empresas	Ronda ATP				
	1	2	3	4	5
% de Empresas solicitantes / Total de empresas radicadas en Cba*	75,5%	57,1%	44,4%	38,7%	34,3%
% de Empresas beneficiadas** / Total de empresas radicadas en Cba*	40,2%	38,2%	31,6%	19,4%	19,2%
% de Empresas beneficiadas**/ solicitantes	53,2%	66,9%	71,1%	50,2%	56,1%

Cobertura y gasto PYME	Ronda ATP					Total (% prom.)
	1	2	3	4	5	
<b>Gasto total (líneas de asistencia consideradas)*** - Millones de \$ corrientes</b>	<b>\$ 3.528</b>	<b>\$ 2.997</b>	<b>\$ 2.254</b>	<b>\$ 1.626</b>	<b>\$ 1.557</b>	<b>11.961</b>
% Empresas PyMES / Total empresas beneficiadas	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,5%	<b>99,6%</b>
% Empleados PyMES / Total empleados que percibieron salario complementario	76,1%	76,5%	78,7%	74,5%	77,3%	<b>76,6%</b>
% Gasto PyMES / Gasto total (líneas de asistencia consideradas)***	73,4%	74,0%	76,3%	72,2%	74,7%	<b>74,1%</b>

**Fonte:** elaboração própria baseada no *Ministerio de desarrollo Productivo*, OEDE (MTEySS) e SIPA (AFIP), de acordo com os dados disponíveis em 15/09/2021.

**Notas:** (1) Total estimado considerando a rodada com benefício para o maior número de funcionários das empresas que receberam em mais de uma rodada diferentes valores de salários. (2) Projeção do número de empresas por ramo de atividade localizadas na Província de Córdoba para 2020, com base nos dados do OEDE (MTEySS) para 2019 e na variação nacional interanual registrada pelo SIPA (AFIP) para o período de 2019-2020. (3) São consideradas as empresas que obtiveram o benefício com o mais alto nível de cobertura (Adiamento/redução de contribuições). (4) Inclui *Salários Complementarios* e *Postergación/reducción de contribuciones*.

Ambas as políticas públicas, IFE e ATP (implantadas durante a pandemia) e as medidas de isolamento adotadas pelas províncias diante da emergência sanitária foram protagonistas de uma situação sem precedentes: a paralisação da produção e a queda abrupta dos investimentos e do consumo privado (com posteriores alterações nos padrões de consumo) atingiram a Argentina em um contexto macroeconômico e social particular e crítico. Como destacado em Morón *et al.* (2022), a estagnação estrutural e a recessão econômica, assim como a delicada situação social expressa na queda da renda da maioria, o aumento da pobreza e da informalidade laboral, configuraram um cenário no qual a crise da Covid-19 desafiou a sociedade argentina. A economia já estava em recessão há dois anos. A preços constantes, o PIB foi de -2,6% em 2018 e de -2% em 2019 – a pandemia de Covid-19 aprofundou esta delicada situação socioeconômica em todas as províncias do país, ampliando as dificuldades.

Como resultado, a atividade econômica nacional contraiu-se mês a mês: -10,9% em março, antes de atingir seu ponto mais baixo em abril (-25,3%). O ritmo das quedas diminuiu com as aberturas progressivas, levando a uma lenta recuperação. Foi somente em agosto de 2021 que o patamar de fevereiro de 2020 foi atingido (MORON *et al.*, 2022). O impacto imediato das restrições foi geralmente muito menos severo na Província de Córdoba do que em nível nacional, dada a primazia relativa do setor primário e seu comportamento sazonal, bem como a importância da indústria alimentícia dentro do setor manufatureiro.

No país, os ramos que concentraram as contrações menores durante abril de 2020 foram: agricultura e pecuária, eletricidade, gás e água e intermediação financeira. Houve quedas entre 10 e 25% em setores como mineração e pedreiras, pesca, imobiliário, serviços comerciais e de aluguel, administração pública e educação. Enquanto isso, houve declínios entre 26% e 50% por: manufatura, saúde e serviços sociais, comércio e transporte, armazenamento e comunicações. Hotéis e restaurantes, serviços comunitários, sociais e pessoais e construção civil tiveram quedas de mais de 50% (HEREDIA *et al.*, 2022).

Na Província de Córdoba, todos os ramos de atividade experimentaram uma variação interanual negativa no número de empresas, com os quatro ramos mais afetados coincidindo com os nacionais. Todos os ramos apresentaram uma taxa (negativa) de variação semelhante nos empregos formais, com exceção dos segmentos da agropecuária e da eletricidade, gás e água, que mostraram um aumento quase insignificante. A construção civil foi a atividade em que a maior quantidade de empregos privados registrados foi destruída (MORÓN *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, a situação excepcional significou uma queda em todos os componentes da demanda agregada no país. As quedas mais pronunciadas foram em investimentos (-38,2%) e consumo privado (-23,8%), que também foram verificadas no fechamento de 26.586 empresas (-4,62% com relação ao número de empresas ativas em 2019). O emprego registrado no setor privado diminuiu em 282.473 empregos (-4,37% em relação ao ano anterior) (HEREDIA *et al.*, 2022).

Na Província de Córdoba, as taxas de atividade e de emprego pioraram no período de maiores restrições: o segundo trimestre de 2020. Naquela época, os níveis de desemprego aumentaram significativamente, triplicando o aumento médio para as províncias como um todo, valores que estavam acima da situação pré-pandêmica (eles aumentaram novamente no primeiro trimestre de 2021). O emprego privado foi o mais afetado. No entanto, a evolução da informalidade do trabalho diminuiu drasticamente (MORÓN *et al.*, 2022).

Assim, a crise desencadeada implicou, nos âmbitos nacional e provincial, o aprofundamento abrupto da pobreza e da indigência. A pobreza no país aumentou em 12,4% para atingir 47% da população urbana do país; a indigência aumentou de 8,6% para 12,4%. Ambos os indicadores mostraram melhorias até o final de 2020 (para 44,2% e 10,6%, respectivamente). Aqueles que mais perderam empregos no segundo trimestre foram os trabalhadores informais e os trabalhadores autônomos e, dentro deste último grupo, os com um baixo nível de educação. A queda no emprego, tanto na Província de Córdoba quanto no país como um todo, afetou particularmente as mulheres (pela alta demanda por tarefas domésticas) e os jovens (com alta incidência de informalidade). Da mesma forma, a diferença entre a remuneração média das mulheres e dos homens em sua ocupação principal permaneceu em média em 25%, sempre em detrimento da primeira.

No entanto, e em termos gerais, na nação destaca-se que o aumento da pobreza não se correlaciona com a evolução da desigualdade de renda pessoal: as oscilações do coeficiente de Gini foram leves. Neste sentido, tanto o aumento da pobreza quanto a redução de empregos foram parcialmente contidos pelas políticas ATP e IFE durante 2020.

### **3 Mediações na adoção do IFE e ATP na Província de Córdoba (Argentina)**

#### **3.1 A Renda Familiar de Emergência (IFE)**

O IFE foi apresentado como uma política nacional centralizada, implementada pela ANSES, por tecnologias cognitivas e funcionários auto-focados desta agência (identificados como os principais mediadores), juntamente com os dispositivos tecnológicos pessoais dos beneficiários (possíveis e eficazes). Além dessas mediações institucionais e sócio-técnicas reconhecidas na concepção da política, são identificadas as mediações sociais, “burocracias paraestatais” (VOMMARO, 2017), que participaram ativamente para que a política se tornasse efetiva. Desta forma, é possível identificar mediações sócio-técnicas tanto na concepção quanto nas etapas de implementação da política: divulgação, registro, reclamações e cobrança.

Dado o dever do Estado de saber o que governa, existe uma interseção e uma co-construção correspondente entre as políticas sociais/ação pública, a descrição estatística e as formas de entendimento e pensamento da sociedade (DESROSIERES, 1991). Assim, para a implementação do IFE, identifica-se uma qualidade superlativa com relação às tecnologias cognitivas estatais (registros administrativos e estatísticas públicas), em que foram destacadas as plataformas ANSES para acesso aos benefícios, bem como os registros e estatísticas para a definição e orientação da política como forma utilizada para medir os beneficiários potenciais. Como destacado até mesmo pelos próprios especialistas, em julho de 2020 o IFE havia alcançado 8,9 milhões de beneficiários (quase 40% da população economicamente ativa), enquanto inicialmente se esperava que chegasse a 3,5 milhões. Esta massividade pôs em questão as formas precárias de subsistência de milhões de famílias na Argentina, bem como as limitações das estatísticas oficiais “para descrever uma sociedade em movimento”, como Daniel (2016) destacou. Desta forma, os limites dos dados disponíveis e as exigências impostas pela pandemia significaram que os indicadores de situação estrutural podem não ser apropriados/usados em um cenário de emergência. Entretanto, não é possível ignorar o papel central dos bancos de dados da ANSES, uma vez que as informações fornecidas por esta agência são uma das mais extensas no âmbito nacional, como observado por um trabalhador sênior da ANSES-Córdoba:

A ANSES é a única agência governamental nacional que possui um banco de dados com 44 milhões de CUILs e todos os dados pessoais básicos de cada uma dessas pessoas; cruzamos regularmente bancos de dados com agências nacionais, provinciais e municipais (...) o fato de termos sido capazes de informatizar e sistematizar todos os dados dos 44 milhões de pessoas foi também o que permitiu que o IFE chegasse a 9 milhões de pessoas em dois meses. Não havia outra agência em condições de aplicar uma medida desta emergência a 9 milhões de pessoas em pouco tempo, justamente porque estamos sistematizados, informatizados, porque temos todos os dados carregados em nosso banco de dados. (...) Portanto, o papel do agente da ANSES que começou a atender ao público quando o pagamento da segunda rodada do IFE já estava em andamento era um tratamento mais humano, de contenção, de ouvir as pessoas que vinham para fazer sua catarse, que expressavam seus pesares, o que, porque tudo isso se cruzou com o número de mortes que se acumulava dia a dia também como resultado do vírus<sup>10</sup> (MORÓN *et al.*, 2022).

Da mesma forma, nas entrevistas com os beneficiários (particularmente nos casos de rejeições e reclamações) foi exposto o descontentamento com a falta de atualização dos dados da ANSES. De fato, na pesquisa da Província de Córdoba houve numerosos casos de rejeição de jovens desempregados que viviam sozinhos, mas no banco de dados da ANSES eles foram listados como vivendo com suas famílias porque o critério são os dados do último censo de 2010. Isto foi diferente de outras províncias do país, em que a ANSES se concentrou no formulário de registro para definir os beneficiários, o que revela diferenças nas ações da mesma agência em diferentes áreas subnacionais. Por outro lado, algumas entrevistas destacaram a diversidade das situações habitacionais, em que vários domicílios estavam listados como sendo no mesmo local e muitas das rejeições estavam ligadas ao fato de que as pessoas que ali moravam eram consideradas famílias. Neste sentido, houve também uma percepção negativa do banco de dados da ANSES, associando casa com moradia (MORÓN *et al.*, 2022).

Além disso, na maioria das entrevistas, cujos beneficiários receberam todas as coletas IFE, bem como naquelas em que foram rejeitadas, mas não reivindicaram, declararam que não tinham vínculos com a ANSES (MORÓN *et al.*, 2022). Isto contrasta, entretanto, com o relato do funcionário da ANSES, que argumentou que a presença de trabalhadores da ANSES através de postos telefônicos e físicos em municípios do interior da Província de Córdoba era central não só para a implementação desta política, mas também para o apoio emocional neste contexto crítico, constituindo verdadeiras “burocracias de rua”.

---

<sup>10</sup> Tradução própria do espanhol: “ANSES es el único organismo del Estado nacional que tiene una base de datos con 44 millones de CUIL y con todos los datos personales básicos, de cada una de esas personas; cruzamos bases de datos con organismo nacionales, provinciales o municipales, periódicamente (...) el hecho de haber podido informatizar, sistematizar de todos los datos de las 44 millones de personas también fue lo que permitió que el IFE llegará en 2 meses a 9 millones de personas, no hubo otro organismo en condiciones de aplicar una medida de esta emergencia en 9 millones de personas en poquito tiempo, justamente porque estamos sistematizados, informatizados, porque tenemos todos los datos cargados en nuestra base. (...) por ahí digo el rol del agente de ANSES que empezó a atender público cuando ya estaba en marcha el pago de la segunda ronda de IFE fue un trato más humano, de contención, fu escuchar gente que venía a hacer su catarsis, que largaba sus penas, qué, porque todo esto cruzado con la cantidad de fallecimientos que iba día a día acumulando también como consecuencia del virus” (MORÓN *et al.*, 2022).

Por sua vez, embora seja possível identificar a ação das “burocracias paraestatais” no momento da implementação da política, deve-se observar que a concepção da política e as condições tecnológicas em que ela é desenvolvida deslocam seu protagonismo. As capacidades e estratégias destas mediações estavam relacionadas a um saber-fazer de gestão de políticas públicas que não é novo (VOMMARO, 2017), mas que sofreu modificações devido ao contexto pandêmico; elas foram afetadas pela particularidade desta política individualizada e pelo fato de que as informações circulavam massivamente. Isto limitou a “primazia” de informação, que tende a ser um valor para a construção de capital social e simbólico entre organizações, seus líderes, ativistas e simpatizantes. Também é importante destacar a necessidade de “traduzir” as informações em folhetos que explicam o procedimento de registro de forma simples – isto foi necessário principalmente naquelas organizações que trabalham em bairros urbanos-marginais com recursos muito limitados.

Com relação ao registro político, ele foi realizado através de um formulário *online* individual que, para a maioria dos entrevistados (principalmente dos setores médios) foi apresentado como um processo fácil de resolver. Mesmo aqueles que tinham acessado anteriormente outros benefícios sociais, perceberam que era mais fácil do que outros procedimentos ou inscrição para outros planos ou bolsas de estudo. Entretanto, houve casos de maior vulnerabilidade em que não tinham os dispositivos para realizar o processo ou, mesmo que os tivessem, se sentiam incapazes de realizar o processo por conta própria. É neste ponto que as chamadas “burocracias paraestatais” desempenharam papel importante, mediando através do registro tanto das listas de moradores dos bairros onde realizam o trabalho territorial quanto dos casos individuais, assim como fornecendo dispositivos (computadores e telefones celulares) para que os beneficiários potenciais pudessem se registrar. Eles também acompanharam com seus dispositivos os pedidos de rejeição (telefonemas e *e-mails* para a ANSES). Entre esses mediadores, foram identificados principalmente membros de organizações territoriais e religiosas e alguns partidos políticos (MORÓN *et al.*, 2022).

Em relação o recibo de pagamento do IFE na Província de Córdoba, em termos estatísticos, 2% recebeu pelo BAPRO (sistema de carteira criado pelo *Banco de la Provincia de Buenos Aires*), 22,6% por transferência (CBU), 15,2% por correio, 8,8% pela rede Banelco, 17% pela rede Link, 6,2% por outros bancos, 24,9% pelo AUH e 3,3% sem informar – como pode ser extraído dos relatórios da ANSES (2020). Com base nas entrevistas realizadas, pelo menos três situações podem ser distinguidas: i) aqueles que tinham uma conta no sistema e não tiveram problemas ii) aqueles que tiveram dificuldades no acesso ao cartão para cobrança ou à conta bancária; iii) aqueles que não estavam próximos ao sistema e tiveram maiores dificuldades ou cobraram no balcão. Finalmente, deve-se notar que desde a implementação do IFE, um grande setor da população obteve acesso ao sistema bancário, conforme relatado pelo entrevistado da ANSES da Província de Córdoba,

Assumimos o desafio de tornar 100% dos beneficiários do IFE financiáveis, portanto foi também um processo árduo e complexo, que naturalmente exigiu reuniões entre diferentes agências do governo nacional com o Banco Central, com o Banco Nación e com outras instituições bancárias (...) o IFE também nos mostrou que muitas pessoas também tinham uma conta e não a conheciam e nunca a haviam utilizado, e muitas pessoas não sabiam que podiam abrir uma conta sem nenhum custo e assim facilitar a liquidação de algum benefício, então um dos resultados positivos que o IFE também nos trouxe foi que depositamos 100% dos titulares do IFE<sup>11</sup> (MORÓN *et al.*, 2022).

Os temas bancarização de novos beneficiários e a coleta de informações atualizadas pela ANSES são dois efeitos colaterais desta política de apoio no contexto de uma emergência que seriam importantes aprofundar sobre o assunto no futuro.

### 3.2 Assistência à mão de obra e à produção

As atividades de mediação foram fundamentais para a divulgação, gestão e monitoramento do ATP, considerando que este regulamento foi criado sob circunstâncias de grande incerteza. Embora a *Jefatura de Gabinete de Ministros* tenha estabelecido os critérios, objetivos, setores de atividade e outros elementos que permitiram determinar a assistência prevista pelo programa em abril de 2020, a rapidez com que a pandemia se desenvolveu, o caráter urgente da assistência para sustentar unidades produtivas e a implementação de uma rápida resposta foram refletidos na série de atos, que a modificaram substancialmente com base na evolução da situação, tornando-a um marco regulatório complexo que mudou mês a mês. Neste contexto, os depoimentos de trabalhadores, tomadores de decisão<sup>12</sup> e mediadores das diferentes unidades produtivas refletem a importância do papel assumido por estes temas na interpretação, divulgação, registro, gestão e monitoramento do programa.

Os encarregados de traduzir ou transportar os significados da política ATP eram tanto os atores individuais quanto os coletivos, formais e informais, assim como aqueles distantes e/ou próximos às unidades produtivas e seus empregadores, sendo os contadores os principais mediadores do programa. Embora a experiência de acesso e processamento tenha sido caracterizada como rápida e eficaz, o processo de coleta de assistência, ou seja, os critérios, a modalidade e a data, as diferenças entre as rodadas, foram extremamente confusos. De modo que todos os tomadores de decisão entrevistados delegaram essas tarefas ao contador ou à empresa de contabilidade da empresa ou às câmaras de negócios (MORÓN *et al.*, 2022).

<sup>11</sup> Tradução própria do espanhol: “*nos dimos el desafío de bancarizar al 100% de los beneficiarios del IFE, entonces fue un proceso también arduo, también complejo eso exigió naturalmente reuniones de distintos resortes del gobierno nacional con el Banco Central, con el Banco Nación y con otras instituciones bancarias la idea era bancarizar sin costo, digo, que los potenciales titulares del IFE eran personas que estaban al margen del sistema (...) también el IFE nos puso en la cara que mucha gente también tenía cuenta y no lo sabía y nunca lo había usado y mucha gente desconocía que podía hacerse una cuenta sin costo y de esa manera facilitarle la liquidación de algún beneficio, entonces alguno de los saldos positivos que nos trajó el IFE también fue que bancarizamos al 100% de los titulares del IFE*” (MORÓN *et al.*, 2022).

<sup>12</sup> Por tomadores de decisão entendemos os proprietários das unidades produtivas/empresas.

É significativo mencionar que, a princípio, a divulgação de informações sobre as características gerais do programa foi compartilhada entre contadores, a mídia (televisão, rádio e/ou jornais) e “terceiros” pertencentes a câmaras empresariais ou a organizações sindicais. Entretanto, como refletido nos depoimentos, a gestão e monitoramento do ATP foi delegada em todos os casos aos contadores. Sobre este ponto em particular, é reforçada a ideia de que a máquina administrativa estava mais preparada para a recepção de pedidos do que para sua execução direta por parte dos proprietários-decisores e/ou trabalhadores. Uma explicação poderia ser buscada em caráter urgente da medida e suas modificações recorrentes durante os meses de 2020, um processo que exigia a necessidade de uma comunicação recorrente num contexto de extrema incerteza sobre o retorno às atividades, como manter o pagamento de salários e outras despesas para a produção ou manutenção do trabalho e/ou da unidade produtiva. Da mesma forma, a centralidade dos contadores como mediadores também poderia estar relacionada ao conhecimento que estes atores têm sobre a plataforma AFIP através da qual o programa foi processado.

Um caso singular merece menção: o papel mediador desempenhado por uma das câmaras empresariais da Província de Córdoba, que serviu de elo entre as empresas filiadas e a política da ATP, assim como com alguns órgãos governamentais provinciais e municipais. Estas mediações tinham como finalidade alavancar as consequências do fechamento das unidades produtivas do setor, especialmente aquelas que não se beneficiaram e/ou foram rejeitadas pela ATP.

Em primeiro lugar, como resultado das numerosas exigências e reivindicações que o sindicato recebeu (particularmente das pequenas e médias empresas afiliadas), a *Cámara de Comercio de Córdoba* (CCC) recorreu ao Estado nacional por meio de sua câmara representativa em nível nacional (a *Cámara de Comercio de Argentina*, CAC), para solicitar “que toda a ajuda que era dada era, antes de tudo, com menos exigências, menos requisitos, mais rápida, mais intuitiva, porque as pessoas não sabiam o que fazer, se podiam, se não podiam, era muito complicado ter acesso”<sup>13</sup>. A CCC também estabeleceu negociações diretas com vários órgãos administrativos dos governos provinciais e municipais a fim de implantar uma série de políticas fiscais e de crédito para acompanhar a assistência vinda da nação. É importante notar que o CCC foi a todos os órgãos governamentais possíveis, a fim de mediar a assistência pública e exigir políticas de apoio ao setor.

---

<sup>13</sup> Tradução própria do espanhol: “*que todas las ayudas que se impartieron fueran, primero con menos requisitos, menos exigencias, más rápidas, más intuitivas, porque la gente no sabía qué hacer, si podían, si no podían, era muy complicado de acceder*” (MORÓN *et al.*, 2022).

Em segundo lugar, com relação à mediação direta com as empresas membros da CCC, a organização fez mudanças em suas áreas de trabalho, a fim de treinar um grupo de funcionários no programa ATP, assegurar a disseminação da política por meio de suas redes sociais (para as quais foram criadas instruções, canais para reclamações e demandas e contratados funcionários para gerenciá-las) e estabelecer um diálogo direto com seus membros para “acompanhar” o processo e “acompanhar” cada caso em particular.

Historicamente, as câmaras empresariais argentinas têm mantido vínculos mais ou menos formais com o Estado em suas múltiplas jurisdições territoriais, como parte da ação política dos empresários para intervir na esfera das relações políticas institucionais. É desta forma que os empresários procuram influenciar a tomada de decisões governamentais para obter respostas institucionais às suas principais demandas (BELTRÁN, 2012). Neste sentido, acreditamos que as entidades empresariais têm um lugar nas políticas públicas como mediadores entre elas e seus associados, que sabem diferenciar entre seus referentes e o Estado; mas na gestão diária do bem-estar ambas as instâncias são confusas. (VOMMARO, 2016). Poderíamos supor que o mesmo acontece com as entidades sindicais que registram, administram, obtêm, fazem consultas e depois controlam que a compensação seja realizada. Eles aparecem como “burocratas estatais da sociedade civil” (VOMMARO, 2016). Entretanto, apenas um testemunho demonstrou este papel de mediador entre o sindicato e seus trabalhadores no âmbito da política ATP, sendo suas tarefas mais centradas na divulgação e nas reclamações aos tomadores de decisão.

De fato, nas mediações houve momentos de coletivização, bem como de individualidade. Na maioria dos casos, a mediação ocorreu com relativa autonomia das autoridades estatais, enquanto outros foram mais diretos em relação às câmaras empresariais. Isso mostra uma complementaridade entre as instituições formais e informais e uma certa função de legitimação por parte das primeiras, ou seja, um compromisso com o bem-estar dos usuários, além do cumprimento das regras. Diante do surgimento de certos problemas no acesso à política, ou da necessidade de mais informações, as empresas se voltaram principalmente para suas câmaras de negócios, que atuavam como um vínculo com diferentes autoridades provinciais ou nacionais. Neste sentido, as câmaras com maior peso relativo tinham uma vantagem sobre aquelas de menor magnitude, pois tinham o acúmulo de maior capital social e ligações mais fluídas com os atores estatais.

O acesso e processamento do ATP foi realizado através da plataforma digital da AFIP, uma tecnologia cognitiva com a qual o Estado nacional fez a ponte entre a distância física e social causada pelas características do contexto pandêmico. Esta permitiu ao Estado gerenciar centralmente os beneficiários do programa, sendo os registros públicos disponíveis a base para identificar e alcançar os cidadãos que ele queria ajudar. Antes de tudo, é significativo mencionar que poucos testemunhos fazem alusão às relações com o sistema informático em particular. A atomização e a velocidade de acesso ao processamento, por meio da plataforma correspondente, foi uma das características mais destacadas. Os proprietários ou tomadores de decisão das empresas tinham maior conhecimento e margens de controle e ação sobre a política e seu acesso, enquanto para os trabalhadores, a implementação do benefício foi apresentada a eles como um evento estrangeiro, com algumas diferenças entre setores com altos e baixos índices de sindicalização.

Os dispositivos tecnológicos possuem atributos políticos e sociais capazes de influenciar o tecido das relações humanas (WINNER, 1985). Neste sentido, os artefatos tecnológicos utilizados moldaram e/ou exigiram uma estrutura burocrática complexa, centralizada e hierárquica. Ao mesmo tempo, isto reforçou e ampliou a diferença entre as funções e hierarquias dentro das unidades produtivas: quem tem maior vantagem e controle sobre as mediações tecnológicas que acompanharam a implementação da política, coincide com aqueles que exercem funções de controle e direção do processo produtivo.

Não obstante, houve algumas dificuldades e/ou reclamações sobre o papel dos sistemas de informação social, especialmente em relação ao banco de dados utilizado para identificar os beneficiários (erros de atualização, inclusão e exclusão) e as dificuldades encontradas durante o registro e o carregamento de dados. Por um lado, os mediadores do governo provincial e dos municípios expressaram problemas com a centralização dos registros, o que impossibilitou a desagregação dos dados em nível estadual, a fim de localizar e complementar a assistência ATP com outras políticas públicas. Da mesma forma, estes atores intermediaram alguns problemas que foram gerados com as plataformas para o processamento do benefício, destacando problemas de procedimento no sistema operacional. Por outro lado, os depoimentos de mediadores e tomadores de decisão revelam alguns problemas no acesso ao programa e inconvenientes devido à rigidez das categorias ou critérios estabelecidos para a aprovação da assistência, situações que nos permitem fazer uma classificação entre empresas: aquelas “que estavam regularizadas” e aquelas que estavam fora dos registros oficiais, ou que tinham iniciado suas atividades meses antes da pandemia e não tinham informações sobre o faturamento do ano anterior (um dos requisitos para a concessão ou rejeição do ATP). Neste ponto, a incerteza e os problemas em torno dos dados disponíveis na plataforma também se manifestam do lado dos trabalhadores.

Desta forma, como as regulamentações foram modificadas ao longo dos meses e com elas os critérios de admissão, é possível observar que algumas unidades produtivas viram seus benefícios rejeitados em um contexto de paralisação das atividades devido ao fechamento dos locais onde foram instaladas, como no caso das empresas do terminal rodoviário da cidade de Córdoba. Neste sentido, as mediações e reivindicações dos beneficiários tornaram-se individualizadas, sendo as câmaras empresariais ou os sindicatos de trabalhadores os destinatários de novas demandas. Embora no início a infraestrutura tecnológica aplicada para a implementação do ATP tenha aprofundado as desigualdades em termos de alfabetização, à medida que os regulamentos foram modificados, a demanda por transparência e melhores critérios foi acentuada.

Embora os atores políticos subnacionais, câmaras empresariais e sindicatos não tenham desempenhado um papel significativo na formulação da política de assistência, é razoável pensar que os sistemas de informação algorítmica da AFIP assumiram um papel de liderança que tiveram diversos efeitos: i) tornaram possível a centralização administrativa e política do programa; ii) exigiram estruturas organizacionais complexas que não eram acessíveis a todas as unidades produtivas; iii) exigiram conhecimentos técnicos profissionais, particularmente de contadores e economistas, a fim de cumprir com o processamento e acesso ao ATP.

Assim, é possível questionar alguns efeitos paradoxais da centralização burocrática e das tecnologias complexas que a tornam possível: diferentes atores sociais (incluindo beneficiários diretos de transferências de dinheiro) assumiram um papel marginal ou secundário tanto na formulação quanto na implementação da assistência. Finalmente, os problemas de autonomia burocrática inerentes à Argentina e seus efeitos conhecidos na coordenação entre os atores e as agências governamentais parecem ter sido reduzidos no contexto da emergência. Neste país, a coerência burocrática e a autonomia ainda é uma dívida pendente, e o vínculo empresa-estado tendeu a moldar e expandir o que Schvarzer (1986) chamou de “complexo econômico estatal privado” ou, para Castellani (2009), as chamadas esferas privilegiadas de acumulação. Portanto, é impressionante que, no contexto de uma assistência das características e magnitude da ATP, o processo de formulação tenha sido, neste ponto, uma exceção à regra.

## Considerações finais

O caráter universal das políticas IFE e ATP, bem como a multiplicidade de casos particulares, foram o resultado do uso de sistemas estatísticos nacionais que foram tomados em face da rapidez das circunstâncias e das transformações da realidade social. A pandemia contribuiu para a apreciação da importância das estatísticas oficiais e, ao mesmo tempo, mostrou suas antigas e novas limitações na descrição de uma sociedade em movimento. Os dispositivos técnicos tornaram possível adotar medidas de forma urgente, massiva e direta, substituindo a mediação humana, o que permitiu resolver certos problemas ao mesmo tempo em que perpetuou alguns deles e gerou outros. Por um lado, foi destacada a possibilidade de fechar as brechas físicas e sociais por meio das tecnologias de comunicação e informação (plataformas digitais) e tecnologias cognitivas (bancos de dados, registros administrativos e estatísticas). Por outro lado, novos desafios foram impostos aos dados oficiais e aos registros administrativos, demonstrando a incapacidade das estatísticas disponíveis para tornar a realidade inteligível.

Assim, certas tensões surgiram nos sistemas estatísticos oficiais entre: a reivindicação de objetividade e universalidade frente a forte articulação com o universo de ação, o princípio de autonomia e sua utilidade para a ação pública, a totalização nacional e a identificação do caso singular, os tratamentos gerais e particulares, a inclinação para a conservação (manutenção das séries) e o imperativo de adaptação às mudanças da realidade social. Enquanto os mapas estatais de legibilidade transformam a realidade que eles descrevem, a sociedade pode modificar, subverter, bloquear e até derrubar as categorias que são impostas. Por exemplo, houve tensão entre indivíduos e registros que incorporam informações no âmbito doméstico (identificando as características de todos os membros da família – IFE) ou no âmbito da unidade produtiva (ATP). Da mesma forma, havia a necessidade de prestar atenção aos grupos de indivíduos, as famílias e as unidades produtivas que tradicionalmente estavam fora dos registros oficiais: trabalhadores formais e informais ou os setores médios que ficaram sem fontes de renda, além das empresas, microempresas ou outras atividades profissionais.

Os dispositivos tecnológicos desempenharam um papel importante na implementação das políticas IFE e ATP. No primeiro caso, o acesso implicava em um registro *on-line*, individual por domicílio familiar. Neste sentido, foi destacado que o procedimento foi fácil de resolver, com a possibilidade de administrá-lo individualmente por telefone celular ou computador. Entretanto, pessoas de setores com níveis de educação mais baixos voltaram à mediação social para realizar os procedimentos de registro necessários e reivindicações do IFE. Com relação ao ATP, os dispositivos adaptados e/ou que exigiam uma estrutura burocrática complexa, centralizada e hierárquica, ao

mesmo tempo reforçou e ampliou a diferença entre funções e hierarquias dentro das unidades produtivas: aqueles que tinham maior vantagem e controle sobre as mediações tecnológicas que acompanhavam a implementação da política coincidiram com aqueles que exerciam funções de controle e gestão sobre o processo produtivo.

Da mesma forma, a centralização das informações pelas plataformas AFIP e ANSES implicou, particularmente para a ATP, por um lado, que os atores tradicionalmente importantes na formulação, implementação e controle das políticas (câmaras empresariais, sindicatos, governos provinciais e municipais, organizações, dentre outros) assumissem um papel menos proeminente nas decisões fundamentais sobre assistência e suas modificações ao longo do tempo. Por outro lado, os problemas de autonomia burocrática inerentes à Argentina e seus efeitos conhecidos na coordenação entre os atores e as agências governamentais parecem ter sido reduzidos no contexto da urgência. Algo semelhante aconteceu com o IFE em relação à individualização que caracterizou esta política. As organizações sociais, políticas e religiosas assumiram menos um papel de liderança nas decisões importantes de ajuda: projeto, formulação, implementação e avaliação.

Finalmente, o contexto de crise gerou não apenas novos desafios para a ação estatal, mas também para os agentes sociais que desempenharam o papel de mediadores das políticas públicas. O Estado gerou estratégias para superar situações de isolamento, em particular aproveitando tecnologias nas quais os dispositivos tecnológicos permitiram conectar a diversidade e as distâncias físicas de um vasto território. Estas estratégias também foram adotadas e readaptadas no tecido social das organizações sociais, corporativas, sindicais e partidárias.

## Referências

ACUÑA, C. *Sobre la coordinación de políticas: Importancia y complicaciones*. In: XIV Congreso Nacional de Ciencia Política. Buenos Aires: Argentina. 2019.

ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE LA SEGURIDAD SOCIAL. **Boletín IFE I-2020: Caracterización de la población beneficiaria**. Dirección General de Planeamiento. Buenos Aires: ARGENTINA. Julio 2020. Disponível em: <<http://observatorio.anses.gob.ar/archivos/documentos/Boletin%20IFE%20I-2020.pdf>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

ADMINISTRACIÓN FEDERAL DE INGRESOS PÚBLICOS. **Boletín anual de Seguridad Social, años 2019-2020**. Buenos Aires: ARGENTINA, 2020. Disponível em: <<https://www.afip.gob.ar/institucional/estudios/boletines-mensuales-deseguridad-social/2020.asp>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

ARGENTINA. **Decreto de Necesidad y Urgencia 310/2020**. Buenos Aires: Argentina, 2020. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227113/20200324>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

ARGENTINA. **Decreto 322/2020**. Buenos Aires: Argentina. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/justicia/derechofacil/leysimple/covid-19-asistencia-de-emergencia-al-trabajo-y-la-produccion-atp>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

BELTRÁN, G. J. *Las prácticas del poder. Discusiones en torno al problema de la acción política empresarial*. *Apuntes: Revista de Ciencias Sociales*, v. 39, n. 70, p. 69-102, 2012.

BONVECCHI, A. *Políticas sociales subnacionales en países federales: Argentina en perspectiva comparada*. *Desarrollo Económico*, v. 48, p. 189-190, 2008.

CALISKAN, K. *Prices as a market device: cotton trading in Izmir Mecantile Exchange*. In: CALLON, M.; MILLO, Y.; MUNIESA, F. (Eds.), *Market devices*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

CASTELLANI, A. *Estado, empresas y empresarios: la construcción de ámbitos privilegiados de acumulación entre 1966 y 1989*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

DANIEL, C. *La sociología de las estadísticas. Aportes y enfoques recientes*. *Contenido. Cultura y Ciencias Sociales*, v. 7, p. 3-24, 2016.

DESROSIÈRES, A. *La política de los grandes números: historia de la razón estadística*. Barcelona: Melusina, 2004.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Spatializing States: Towards an Ethnography of Neoliberal Governmentality*. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.

HEREDIA, M.; SAHAKIAN, Y.; ÁLVAREZ, B.; FLORES, A.; RECHE, F.; PAURA, V.; STARICCO, J. I.; TUCHSZNAIDER, N.; ARCIDIÁCONO, P.; PERELMITER, L.; LEONI, F.; ALMADA, J.; BRANCA, A.; SHUSTER, E.; TRENTA, A.; DEL RÍO, G.; MARTÍNEZ, E.; OBRADOVICH, G.; POLICASTRO, B.; PAROLO, M. P.; DANIEL, C.; PANERO, M.; GERCHUNOFF, S.; GIRAUDO, M.; MELLADO, V.; VIDOZ, S.; MOLTÓ, M.; KRANZ, R.; LLUCH, A.; GUTIÉRREZ, F. *El sostén público a la supervivencia de los hogares y unidades económicas en la urgencia. Iniciativas, mediaciones y alcances de la asistencia en perspectiva comparada*. Cuadernillo de síntesis Nacional PISAC-COVID-19-00040. Ministerio de Ciencia y Tecnología, Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación, 2022. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1glU8QnlkGsqPz\\_CdDsvs7RUr3z9NIGJL/view](https://drive.google.com/file/d/1glU8QnlkGsqPz_CdDsvs7RUr3z9NIGJL/view)>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

HEREDIA, M. (Coord.). *¿Qué pudo y que no pudo el estado frente a la emergencia de Covid-19 y después?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.

LAW, J. *Introduction: Monsters, Machines and Sociotechnical Relations*. *The Sociological Review*, v. 38, n. 1, p. 1-23, 1990.

LEIRAS, M. *¿Quién manda y cómo manda? El federalismo ante el desafío de la reconstrucción*. En VVAA: *La vida en suspenso. 16 hipótesis sobre la Argentina irreconocible que se viene*. Buenos Aires: Siglo XXI-Crisis, 2020.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G.; PIRES, R. *Street level bureaucracy research and social inequality*. **Research Handbook on Street-Level Bureaucracy**, Elgaar, 2019.

MIGDAL, J. *State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute One Another*. New York: Cambridge University Press, 2001.

MUNIESA, F. *Téchnologies de marché et pragmatique des Prix*. In: CALLON, M. et al. (Ed.), *Sociologie des agencements marchands*. París: Presses des Mines, 2013.

MITCHELL, T. *Society, Economy and the State Effect*. In: STEINMETZ, G. (Ed.), *State/Culture. State Formation after the Cultural Turn*. New York: Cornell University Press, 1999.

MORÓN, S.; RECHE, F.; SAIZ BONZANO, S.; STARICCO, J. I.; ALMADA, J.; BRANCA, A.; SHUSTER, E.; GERCHUNOFF, S.; GIRAUDO, M.; BONAFÉ, L. *El sostén público a la supervivencia de los hogares y unidades económicas en la urgencia de iniciativas, mediaciones y alcances de la asistencia en perspectiva comparada*. Cuadernillo de síntesis del nodo Gran Córdoba. Provincia de Córdoba. Ministerio de Ciencia y Tecnología, Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación, 2022. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/ciencia/agencia/acciones-covid-19/pisac-covid-19/informes-y-publicaciones>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

NATALUCCI, A. *Entre idas y vueltas. Contrapuntos sobre la intervención territorial y la construcción de estatalidades en Argentina (2009-2015)*. In: VOMMARO, G. (Org.). *Estado, democracia y derechos en Argentina: controversias en torno a los años kirchneristas*. Buenos Aires: UNGS-CLACSO, 2016.

PERELMITER, L. *Burocracia plebeya: la trastienda de la asistencia social en el Estado argentino*. Buenos Aires: Unsam, 2016.

PERELMITER, L. *Hacia una micropolítica del Estado central. El papel de las burocracias operativas en el análisis de la política social*. In: ARCIDIÁCONO P.; ZIBECCHI C. (Orgs.). *La trama de las políticas sociales. Estado, saberes y territorio*. Buenos Aires: Biblos, 2017.

ROSE, N. *The death of the social? Re-figuring the territory of government*. *Economy and Society*, v. 25, n. 3, p. 327-356, 1996.

SCHVARZER, J. *La industria que supimos conseguir*. Buenos Aires: Planeta. 1996.

SHORE, C.; WRIGHT, S. *Policy: A New Field of Anthropology*. In: SHORE, C.; WRIGHT, S. (Eds.). *The Anthropology of Policy: critical perspectives on Governance and Power*. London: Routledge, 1997.

STAR, S. *The Ethnography of Infrastructure*. *American Behavioral Scientist*, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999.

SUÁREZ CAO, J. *Federalismo y Política Subnacional en Pandemia: una mirada sobre Argentina desde Chile*. Argentina: Diputados, 2020.

VÁZQUEZ, M. *Militar la gestión: una aproximación a las relaciones entre activismo y trabajo en el Estado a partir de las gestiones de gobierno de Cristina Fernández de Kirchner en Argentina*. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 41, n. 74, p. 71-102, 2014.

VOMMARO, G. *Política popular en tiempos de economías postindustriales: trabajo territorial y economía moral en la argentina reciente*. *Repocs*, v.14, n.27, 2017.

WINNER, L. ¿Tienen política los artefactos? *In*: WINNER, L. (Org.) *La ballena y el reactor: una búsqueda de los límites en la era de la alta tecnología*. España: Gedisa, p. 55-60, 2018 [1985].